

**HABEAS CORPUS Nº 442.142 - SP (2018/0066441-4)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : RAFAEL GOMES DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : RAFAEL GOMES DOS SANTOS - SP121842**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ROBERTO PRATT PIAGENTINI (PRESO)**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. CRIME DESCRITO NO ART. 157, § 2º, I, II E IV, POR CINCO VEZES, NA FORMA DO ART. 70, AMBOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 2º, §§ 2º E 3º, DA LEI N. 12.850/2013, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO. NOVO FUNDAMENTO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COM ATIVIDADES EM VÁRIOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO NA PRÁTICA DELITUOSA. NOVO TÍTULO JUDICIAL LEGITIMADOR DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR DIVERSO QUE DEVE SER ANTES SUBMETIDO À ANÁLISE DO TRIBUNAL A *QUO*. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. ALTERAÇÃO DO PANORAMA FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO. *Writ* prejudicado.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Roberto Pratt Piagentini**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Infere-se dos autos que o paciente, juntamente com outros 3 corréus, foi denunciado pela prática, em tese, dos crimes descritos nos arts. 2º, § 2º, da Lei nº 12.850/2013 e 157, I, II e V, do Código Penal, porque *constituíram e integraram, pessoalmente, organização criminosa, estruturalmente ordenada, com emprego de armas de fogo e caracterizada pela divisão de tarefas, com o objetivo de obterem, diretamente vantagem patrimonial, mediante a prática de*

*delitos de roubo de tratores e maquinários, em concurso entre si e com outros indivíduos não identificados (fl. 197).*

Em 9/10/2017, o Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Itaberá/SP decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 248/249), restando cumprida em 7/12/2017 (Processo n. 0000171054.2017.8.26.0262 - fl. 499).

Contra tal *decisum*, a defesa impetrou o HC n. 2008581-43.2018.8.26.0000, objetivando a revogação da prisão do paciente e/ou a concessão da liberdade provisória; contudo o Tribunal *a quo*, por unanimidade, denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 529):

*HABEAS CORPUS* - Organização criminosa e roubo majorado - Revogação da prisão preventiva - Impossibilidade - Crimes apenados com pena máxima superior a 04 anos - Hipótese do inciso I, do art. 313, do CPP - Presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva - Necessidade da manutenção da ordem pública - Impossibilidade de aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - Decisões de primeira instância bem fundamentadas, não havendo o que ser modificado. **Ordem denegada.**

Sobreveio o presente *writ*, no qual o impetrante sustenta, em síntese:

a) *com relação à ação penal que lhe está sendo promovida, é de se destacar que NÃO FOI PRESO EM FLAGRANTE E NEM FOI SURPREENDIDO PORTANDO OU GUARDANDO A 'RES FURTIVA' ou PARTE DELA, sendo, data máxima vênia, inaplicável à espécie o disposto no artigo 312 do C.P.P.(fls. 8/9).*

b) *o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal posto que, não tendo sido preso em flagrante e não havendo nenhuma prova material quanto à sua participação nos eventos criminosos aqui relatados (participação criminosa e crime de roubo), não é legal, justa ou moral a manutenção de sua prisão cautelar, posto que INEXISTENTE eventual causa para seu segregamento cautelar (fl. 9);*

c) *o Paciente é primário, tem família constituída, residência fixa em*

*local onde também exerce profissão lícita, inexistindo, pois, motivos para que sua prisão preventiva seja mantida (fl. 9), ou seja, há falta de justa causa para o encarceramento;*

*d) outro motivo de constrangimento ilegal é a **deficiente fundamentação do decreto de prisão preventiva do Paciente e, igualmente, do despacho que indeferiu o pedido de liberdade provisória** (fl. 13).*

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente e/ou a concessão de liberdade provisória.

Liminar deferida (fls. 548/551) e informações prestadas (fls. 557/572 e 576/591), o Ministério Público Federal opinou pela manutenção da decisão impugnada (fls. 593/599).

O impetrante ingressou com a Petição de Tutela Provisória Incidental protocolizada sob o n. 00015348/2019, requerendo, em síntese, o relaxamento da prisão preventiva do ora paciente, em razão do excesso de prazo na formação da culpa (fls. 604/614).

À fl. 620 assim despachei:

Antes de tomar qualquer decisão neste *writ*, solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Itaberá/SP, no prazo de **72 horas**, sobre o atual andamento da Ação Penal nº 0000171-54.2017.8.26.0262 em que figura como denunciado **Roberto Pratt Piagentini**, juntando-se documentos pertinentes.

A solicitação deverá ser acompanhada do pedido de tutela provisória incidental formulado às **fls. 604/610**.

Após, devolvam-se os autos.

Em 11 de fevereiro de 2019, o Juízo de Direito da Vara única da comarca de Itaberá/SP prestou estas informações (fls. 624/625):

[...]

Fato ocorrido no ano de 2017.

Foi decretada a prisão de Patrick e Vicente em 15 de setembro de 2017.

Após, os réus foram denunciados pela prática dos delitos previstos no artigo 2º, §§ 2º e 3º da Lei 12.850/2013 e artigo 157, I, II e IV do Código

Penal.

Pedido de prisão preventiva do réu Roberto Pratt Piagentini formulado pelo i. Representante do Ministério Público, alegando imprescindibilidade da custódia ante os elementos mais que suficientes que vinculam o denunciado, não somente à autoria criminosa, como a liderança da organização criminosa e destinatário final do produto dos ilícitos.

A prisão preventiva foi decretada em 09 de outubro de 2017, oportunidade em que fora recebida a denúncia em face dos acusados.

O acusado Roberto foi preso em 07 de dezembro de 2017.

Os acusados apresentaram respostas à acusação.

Audiência realizada no dia 18 de abril de 2018 às 15:00 horas, na qual foram ouvidas as testemunhas e vítimas.

Cartas precatórias expedidas para inquirição das testemunhas arroladas, inclusive para a oitiva da testemunha arrolada pelo réu Roberto Pratt Piagentini, na Comarca de São Miguel do Araguaia/TO em 13 de agosto de 2018.

Audiência em continuação realizada em 31 de outubro de 2018, oportunidade em que os acusados foram ouvidos.

Os defensores dos réus foram instados a apresentar alegações finais e, após, ante a inércia do defensor do réu Erivaldo, determinou-se a intimação do réu a fim de que constituísse novo defensor, sob pena lhe ser nomeado defensor público.

Tendo sido apresentadas as alegações finais pelo referido réu, foi prolatada a sentença, conforme cópias que seguem em anexo.

[...]

É o relatório.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Itaberá/SP, em 11/2/2018, foi proferida sentença no Processo n. 0000171-54.2017.8.26.0262, condenando **Roberto Pratt Piagentini** a cumprir a pena de 11 anos, 2 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 29 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, I, II e V, por cinco vezes, na forma do artigo 70, ambos do Código Penal, bem como a conduta tipificada no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 12.850/2013, na forma do art. 69 do Código Penal. Na oportunidade, negou-lhe o recurso em liberdade (fls. 667/697).

Desse modo, na linha da jurisprudência desta Corte, fica prejudicado o pedido de análise dos fundamentos da prisão preventiva, uma vez que a custódia decorre, agora, de **título diverso**, consubstanciado em **novo**

**fundamento**, qual seja, a manutenção da ordem pública, considerando que do conjunto probatório demonstrou-se a periculosidade dos agentes que integravam organização criminosa com atividades em vários Estados da Federação, sempre se utilizando da restrição da liberdade das vítimas e do emprego de arma de fogo na prática de suas atividades criminosas (fl. 696), em que o requisito específico desafia, portanto, impugnação própria no Tribunal de origem. Nesse sentido, os seguintes julgados: AgRg no HC n. 413.143/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 19/9/2017; AgRg no HC n. 366.680/SC, de minha Relatoria, Sexta Turma, DJe 14/11/2016; e RHC n. 64.321/AL, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 10/10/2015.

Ademais, cumpre registrar que, sobrevindo o julgamento da mencionada ação, não há mais que se falar em excesso de prazo na formação da culpa (Súmula 52 do STJ).

À vista, pois, da nova realidade fática, a teor do disposto nos arts. 659 do Código de Processo Penal, 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator